



MANIFESTO DOS MOVIMENTOS E ENTIDADES DE MORADIA DE PALMAS

Pela Revogação da MP nº 10/2025 e pela Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação

Os Movimentos de Moradia, Entidades e Organizações que atuam na Política Habitacional de Palmas manifestam preocupação com os impactos da Medida Provisória nº 10, de 16 de outubro de 2025, que extinguiu a Secretaria Municipal de Habitação e transferiu suas atribuições para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Desde sua criação, a Secretaria Municipal de Habitação sempre foi uma Pasta de primeiro escalão, reconhecida por sua relevância social e estratégica na execução das Políticas Públicas de Moradia.

Sua atuação técnica e na atual gestão, próxima às comunidades, garantiu avanços expressivos na inclusão habitacional e no fortalecimento do diálogo com os Movimentos Comunitários, consolidando Palmas como referência em articulação institucional e gestão participativa.

A vinculação da Política Habitacional à Secretaria de Infraestrutura representa um retrocesso administrativo e reduz a efetividade das ações de moradia.

Ao ser fundida à Secretaria de Infraestrutura, que já possui uma sobrecarga de demandas operacionais e técnicas de outra natureza, a Política Habitacional é empurrada para o segundo escalão, perdendo autonomia administrativa, orçamentária e política.



Essa fusão ignora a especificidade da Política de Habitação, que não se resume a obras, mas envolve planejamento social, cadastro de famílias, pós-ocupação, integração comunitária e com movimentos sociais e entidades de moradia, temas que exigem sensibilidade social, diálogo e gestão participativa.

Essa mudança enfraquece a governança da Política Habitacional, compromete o cumprimento das metas municipais e coloca em risco o compromisso público de campanha em construir 10 mil moradias, assumido pelo prefeito Eduardo Siqueira Campos.

Extinguir a Pasta responsável por coordenar e executar essa meta é incompatível com tal promessa e sinaliza um distanciamento das diretrizes do próprio governo federal, que hoje coloca a Política Habitacional como prioridade nacional, com ampliação de investimentos e retomada de programas estratégicos.

Os movimentos e entidades reconhecem que, sob a gestão da Secretaria Municipal de Habitação, houve diálogo constante, transparência e cooperação efetiva entre o poder público e a sociedade civil.

Esse modelo de trabalho conjunto resultou em avanços concretos na implementação de programas habitacionais em parcerias com Entidades, ampliando o acesso à moradia digna em Palmas e fortalecendo a função social da cidade.

Diante do cenário atual, os Movimentos de Moradia e Entidades abaixo-assinadas defendem/requerem a imediata revogação do dispositivo da MP nº 10/2025 que extingue a Secretaria de Habitação, para que a pasta seja mantida com status de primeiro escalão, estrutura técnica própria e autonomia administrativa.



Reafirmamos nossa disposição em colaborar com o poder público municipal na construção de soluções conjuntas, sustentáveis e socialmente justas para a habitação em Palmas.

A manutenção da Secretaria Municipal de Habitação é essencial para garantir a continuidade, a eficiência e o fortalecimento da política habitacional, uma Política de Estado, e não de governo.

Palmas, 20 de outubro de 2025

Assinam este manifesto:

1. UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR - UNMP;
2. MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – MNLM
3. MOVIMENTO NACIONAL DAS ENTIDADES – MNE-ENTIDADES
4. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES – CONAM
5. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE MORADORES DO TOCANTINS – FACOMTO
6. UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO TOCANTINS -UMP/TO
7. MOVIMENTO CASA TERRA TRABALHO E LIBERDADE - MCTTL;
8. MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA PELA MORADIA DIGNA – MSMD;
9. ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DA VIDA - ECOTERRA;
10. ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DOS TRABALHADORES DO TOCANTINS;
11. INSTITUTO VERDE NOVO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IVNDH;
12. INSTITUTO VISÃO SOLIDÁRIA - IVS
13. ASSOCIAÇÃO DAS COSTUREIRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ASSOMODA;
14. INSTITUTO AMASTEF DO ESTADO DO TOCANTINS – IAMASTEF;
15. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUADRA 407 NORTE - ASMARNO;



16. INSTITUTO BENEFICIENTE XAMBIOÁ;

17. ASSOCIAÇÃO DOS SEM TETO DO ESTADO DO TOCANTINS - ASTET

18. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA REGIÃO DO PIABANHA - APRURP

19. INSTITUTO SOCIAL DE MÃES INDEPENDENTES RURAL E URBANO DO TOCANTINS - ISMIRT

20. INSTITUTO SOCIAL MORAR BEM TOCANTINS - ISMOBEM

21. OMABEP;

22. APRAFEP;

23. TO SOLAR;

24. APRURP;

25. ORGANIZAÇÃO POPULAR DE MORADIA – OPM

26. ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ORGANIZAÇÃO POPULAR DE MORADIA – AAOPM

27. CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES – CMP – TOCANTINS

